

NÍVEL DE ATIVIDADE, INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA

A economia brasileira em 2005 e as perspectivas para 2006

*André Lúcio Neves**

*Evânio do Nascimento Felipe***

*Luciano Rodrigues Lara****

O desempenho da economia brasileira em 2005 ficou aquém do crescimento observado no ano de 2004, crescendo apenas 2,3%. De acordo com as previsões da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), o crescimento do PIB brasileiro ficou abaixo do crescimento médio previsto de 4,3% para a América Latina. Segundo estudos da CEPAL, a expansão da economia brasileira só foi maior que a do Haiti que cresceu 1,5%. Em relação à evolução do PIB *per capita*, este cresceu 0,8% contra 3,4% em 2004.

Por meio da tabela abaixo, têm-se os resultados do desempenho da atividade econômica por setor no último ano.

Tabela 1. PIB - Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior

Setor de Atividade	2005. I	2005. II	2005. III	2005. IV
PIB a preços do mercado	2,8	4,0	1,0	1,4
Agropecuária	2,6	3,2	-2,0	-1,8
Indústria	3,1	5,5	0,4	1,4
Serviços	2,2	2,6	1,5	1,8

Fonte: IBGE

Com base na tabela acima, o objetivo deste artigo é fazer uma retrospectiva do ano de 2005, apontando os fatores que levaram ao baixo crescimento do PIB. Além disso, serão apresentadas as expectativas para o ano de 2006, em relação ao crescimento da economia. Para tanto, este artigo se divide em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção resume o nível de atividade em 2005, a segunda seção mostra a evolução da política monetária

* Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná. Endereço eletrônico: dtneves@yahoo.com.br

** Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná. Endereço eletrônico: efelippe@yahoo.com.br

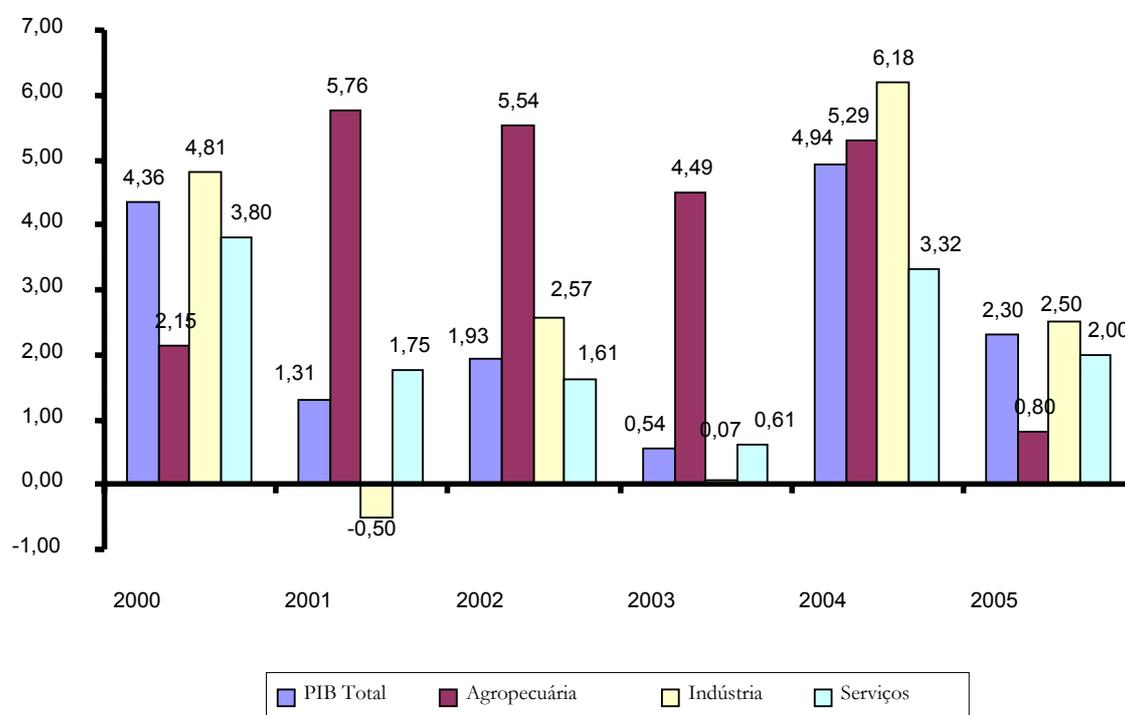
*** Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET). Endereço eletrônico: lucianorlara@gmail.com

e da inflação para o mesmo ano. A terceira seção apresenta o que ocorreu no setor externo e, por fim, a quarta seção mostra as perspectivas para 2006.

1) Nível de Atividade

Sob a ótica da oferta, os setores que mais contribuíram para o aumento do PIB em 2005 foram – respectivamente – a Indústria com expansão de 2,5% e os Serviços com alta de 2%. O setor Agropecuário apresentou um baixo dinamismo no último ano, com crescimento de 0,8%.

Gráfico 1. Produto Interno Bruto (variação real) - 2000 a 2005



Fonte: Banco Central do Brasil

Conforme o gráfico acima, a Indústria foi o setor que mais cresceu em 2005, registrando uma variação de 2,5%. Os principais estados que contribuíram para este crescimento foram os estados do Amazonas (12,1%), Minas Gerais (6,3%), Bahia (4,1%), São Paulo e Pará (3,8%), Goiás (3,2%), Rio de Janeiro (2%) e Paraná (0,8%). O estado do Rio Grande do Sul e Ceará obtiveram resultados negativos, respectivamente, de 3,5% e 1,6%. Material Eletrônico e Equipamentos de Comunicação foram os setores que mais contribuíram para o desempenho do estado do Amazonas. O estado de Minas Gerais foi impulsionado

principalmente pela Indústria Extrativa, enquanto que no estado de São Paulo o setor Farmacêutico obteve melhor desempenho.

Em termos setoriais, o crescimento se deu em 17 das 27 atividades. O crescimento ocorreu nos setores de Material Eletrônico e Equipamentos de Comunicação (14,2%), de Edição de Impressão (11,6%), da Indústria Extrativa Mineral (10,9%) – puxados pela extração de petróleo e de minério, do setor de Automóveis (6,8%), de ramo de Serviços Industriais de Utilidade Pública (3,6%) e nas Indústrias de Transformação e Construção Civil, que indicaram o mesmo crescimento (1,3%). Os piores desempenhos ocorreram nos setores de Metalurgia Básica (-2%), Outros Produtos Químicos (-1,3%) e Máquinas e Equipamentos (1,3%).

As maiores altas no setor de Serviços foram verificadas no Comércio (3,3%), Transporte (3,2%) e Aluguéis (2,5%). Outros subsetores de Serviços como Instituições Financeiras (2,4%), Administração Pública (1,7%) e Outros Serviços (1,3%), também apresentaram crescimento. O subsetor de comunicações manteve-se estável, com variação de 0,1%.

O resultado frustrante do setor Agropecuário decorreu da quebra de safra verificada no último ano por problemas climáticos – especialmente, milho, café, arroz, fumo, algodão e laranja – e do problema da febre aftosa.

Tabela 2. Componentes da Demanda Agregada (em %)

Componentes	2004	2005*	2005
PIB	4,9	1,4	2,3
Consumo total	3,0	2,7	2,7
Privado	4,1	3,4	3,1
Governo	0,1	0,8	1,6
Formação Bruta de Capital Fixo	10,9	2,7	1,6
Exportações	18,0	8,1	11,6
Importações	14,3	4,3	9,5

Fonte: Boletim de Conjuntura – IPEA

Nota: * IV Trimestre

Analisando sob a ótica da demanda, os gastos privados (famílias e empresas) – especialmente o consumo das famílias – impulsionaram o crescimento do consumo total da economia em 2005. O consumo das famílias foi estimulado pelo sistema de crédito (especialmente o crédito consignado em folha de pagamento e o alongamento de prazos no comércio) – crescendo, pelo segundo ano consecutivo, a uma taxa de 3,1%. Tal expansão

resultou do aumento real de 5,3% da massa salarial dos trabalhadores e do aumento de 36,7% - em termos nominais - do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas. Em 2005, a participação dos gastos do governo no PIB cresceu 1,6%.

Em termos de rendimento, dados divulgados pelo IBGE (cálculo realizado para 6 regiões metropolitanas do país) mostraram que o rendimento médio real em janeiro de 2006 foi de R\$ 985,90 – apresentando um crescimento de 2,3% em relação a janeiro de 2005. A taxa de desocupação total foi reduzida de 10,2% em janeiro de 2005 para 9,2% em janeiro de 2006. Com isso, houve um crescimento de 2,6% na população ocupada durante o mesmo período. Estes dados apresentam uma melhora no quadro empregatício durante o ano de 2005.

Com relação ao sistema de crédito, segundo dados do Banco Central do Brasil, o volume total de crédito do sistema financeiro nacional em dezembro de 2005 chegou a 31,2% do Produto Interno Bruto contra 27,0% em 2004. Os recursos livres foram 67% do total em 2005 contra 63% em 2004.

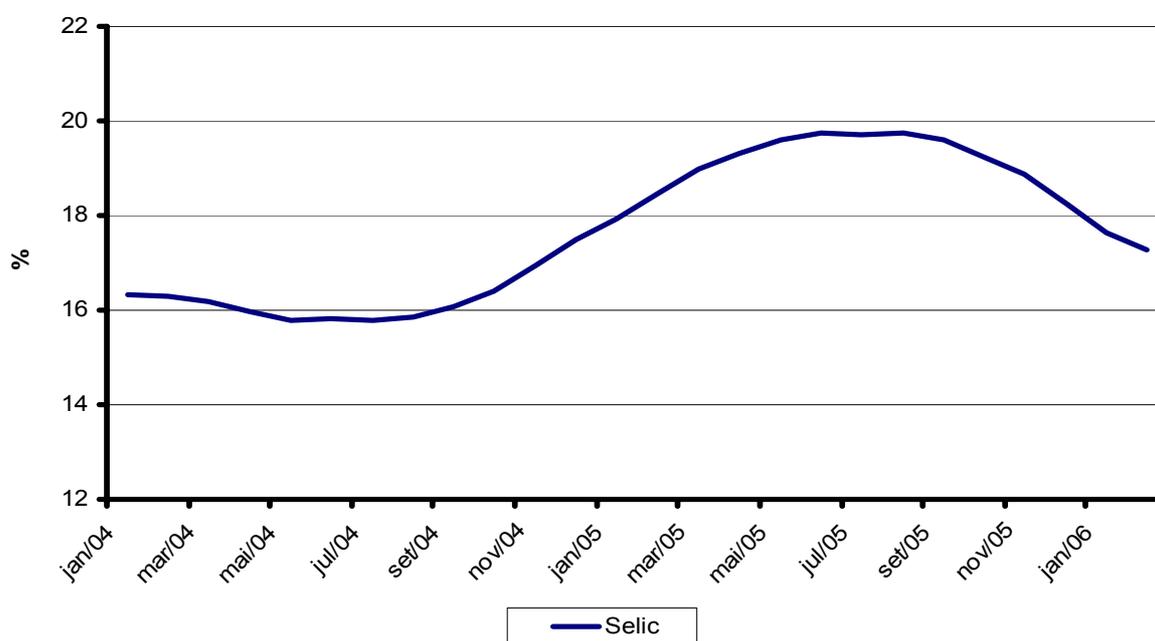
Quanto à Formação Bruta de Capital Fixo, de acordo com a tabela 2, a economia não obteve um melhor resultado em decorrência do péssimo desempenho dos investimentos verificados em 2005. Neste ano *os investimentos cresceram apenas 1,6% contra 10,9% em relação a 2004*. A participação total da taxa de investimentos em 2005 na formação do PIB foi de 19,7%. Esta participação, segundo o Boletim de Conjuntura do IPEA (março de 2006), está bem abaixo da necessária para o país poder crescer a uma taxa de 5% ao ano, visto que, para atingir este patamar seria necessária uma taxa de investimento entre 25% e 27%.

Focando a análise no grau de utilização da capacidade produtiva, verifica-se que a utilização da capacidade instalada foi de 81,2% em janeiro de 2005, enquanto que em dezembro de 2005 esta taxa foi de 79,3%. A variação acumulada no ano da utilização da capacidade produtiva foi maior na categoria de bens de consumo (6%), enquanto que bens de capital obteve uma variação de 3,2% e de bens intermediários de apenas 1%. Vale ressaltar que dentro de bens de consumo, os bens de consumo duráveis aumentaram 11,2% contra 4,6% dos bens de consumo semiduráveis e não-duráveis.

2) Política Monetária e Inflação

De acordo com a tabela 1, a queda na taxa de crescimento do PIB a partir do segundo semestre de 2005 é reflexo da elevação da taxa de juros básica da economia. O aperto monetário que iniciou em setembro de 2004 com um aumento de 0,25% (elevando a meta para a taxa básica de juros (Selic) para 16,25%), continuou até maio de 2005 quando a meta para a Selic chegou a 19,75%¹². A evolução da taxa Selic acumulada no mês pode ser observado no gráfico 2:

Gráfico 2. Taxa de juros Selic acumulada no mês e anualizada

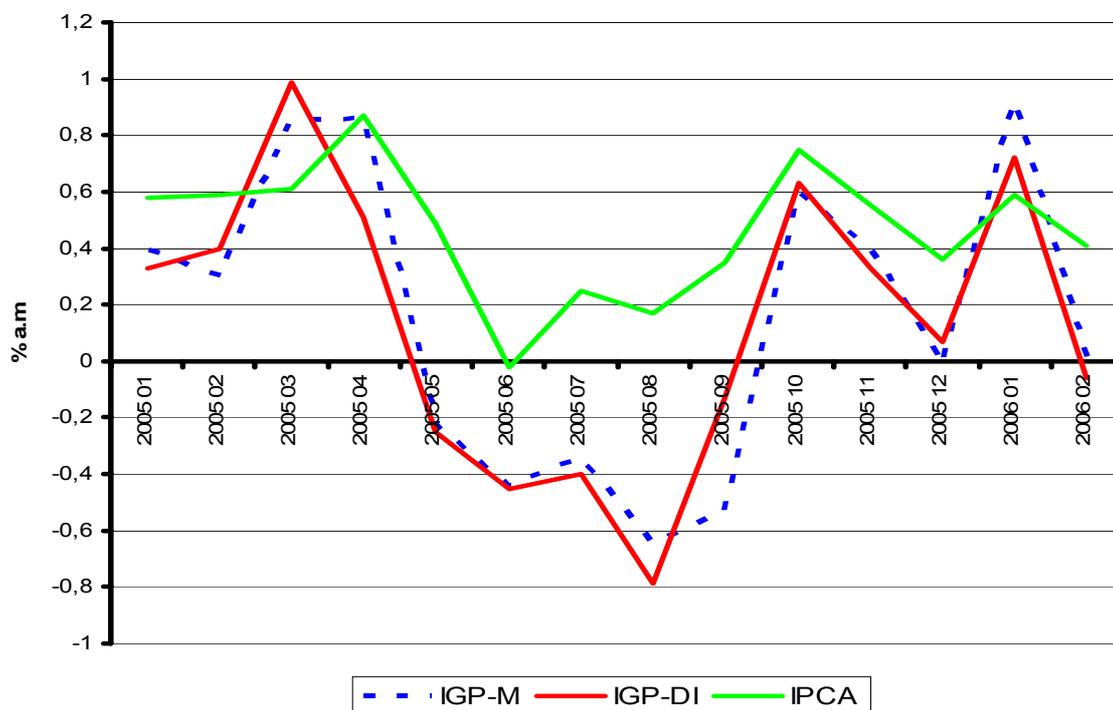


Fonte: Banco Central do Brasil

O corte na taxa de juros iniciado em setembro de 2005 deve-se a tendência de convergência da taxa de inflação para a meta ajustada, que em 2005 era de 5,1%. Esta convergência foi verificada principalmente a partir de maio de 2005, quando o IPCA apresentou deflação de 0,02%. Tanto o IGP-M e o IGP-DI seguiram a mesma tendência, apresentando deflação entre maio e setembro de 2005. O comportamento da taxa de inflação medida pelos três indicadores destacados pode ser visualizado no gráfico 3.

¹² A literatura macroeconômica mostra que elevações da taxa básica de juros afetam o produto com um atraso de 6 a 9 meses.

Gráfico 3. Taxas de inflação

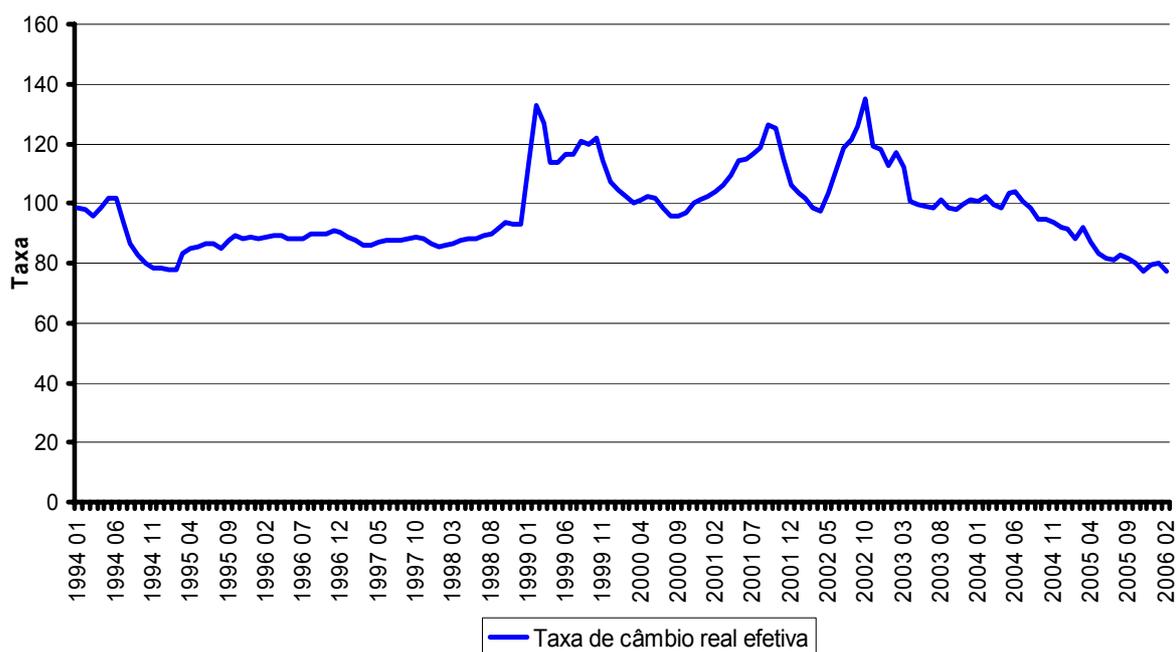


Fonte: Ipeadata

Analisando o IPCA no ano de 2005, que é a medida oficial da taxa de inflação adotada pelo governo, verificou-se que a taxa acumulada foi de 5,69% - portanto - acima da meta de 5,1% e dentro da margem de erro admitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Segundo o IBGE, o grupo que mais contribuiu para o aumento do IPCA em 2005 foi o transporte, com variação de 8,07%. A tarifa de ônibus urbano, com variação de 10,44%, foi o principal componente de aumento do grupo de transporte. A gasolina subiu 7,76% e, entre os serviços administrados, destacam-se a elevação dos preços da energia elétrica - 8,03% - e telefone fixo, 6,68%. Entre as regiões metropolitanas pesquisadas, Recife registrou a maior alta, de 7,10%, enquanto que *Curitiba teve a menor inflação*, 4,79%.

Outro motivo para a redução do ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto foi a elevada apreciação cambial. Esta ocorreu em grande parte devido às elevadas taxas de juros que fizeram com que houvesse grandes entradas de capital no país, tendo em vista o elevado retorno que os investidores tinham no Brasil. Abaixo é apresentada a taxa de câmbio real efetiva no período de julho de 1994 a fevereiro de 2006.

Gráfico 4. Taxa de câmbio real efetiva deflacionada pelo IPA-OG (2000=100)



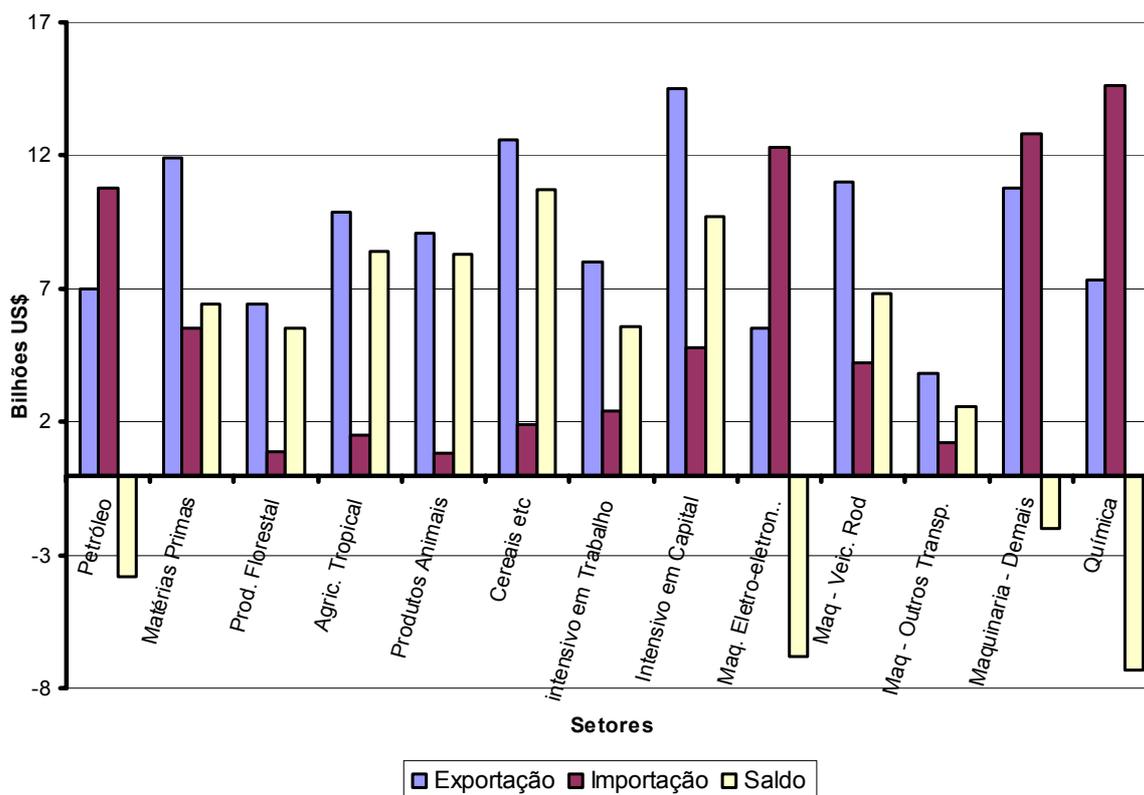
Fonte: Ipeadata

O gráfico acima nos possibilita comparar o período atual com o período de 1994 a 1998, em que houve elevada apreciação da taxa de câmbio e resultou no fim do regime de bandas cambiais em 1999. A atual taxa de câmbio se encontra em patamar similar ao período do início do Plano Real em que US\$ 1,00 chegou a valer R\$ 0,83, o que demonstra grande apreciação. Se, por um lado, a atual taxa de câmbio contribui para o controle da inflação, por outro, favorece as importações em detrimento das exportações, o que poderá gerar déficit da balança comercial.

3) Setor Externo

No tocante ao setor externo, as exportações e importações de bens e serviços cresceram, respectivamente, 11,6% e 9,5%. O setor externo brasileiro registrou não só um grande aumento na quantidade como também ocorreram mudanças no perfil das exportações e na composição dos setores geradores de saldo comercial. Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), ocorreu uma diminuição na dependência de segmentos de menor intensidade tecnológica e de menor dinamismo.

Gráfico 5. Evolução das exportações e importações por setor em 2005



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

No gráfico 5, o grande destaque é o setor Intensivo em Capital. Em 2005 transformou-se no maior setor exportador do país, sendo seguido pelo setor de Cereais. Quanto à geração de saldos, a relação anterior é inversa. Quanto às importações, os setores que mais contribuíram para o crescimento de 17,1%, segundo o IEDI, foram os setores de Petróleo e Química. Em relação a 2004, os setores de Química, Maquinarias - Outros Transportes, Matérias-primas, Produtos Florestais e Petróleo apresentaram taxas de importação bastante inferiores.

Em termos de taxa de crescimento setorial, tanto as exportações quanto as importações, conforme a tabela 3, revelaram aumento. As exceções, no lado das exportações, foram os setores de Cereais e Maquinaria - Outros Transportes. No lado das importações, o setor de Cereais apresentou redução do volume de importação em relação a 2004.

Tabela 3. Evolução na participação setorial das exportações e importações em 2005

Setor	Exportação	Importação
	2004/2005 - %	2004/2005 - %
Petróleo	59,9	19,1
Matérias-Primas	37,6	13,5
Produtos Florestal	8,1	12,8
Agricultura Tropical	33,3	23,5
Produtos Animais	28,5	19,5
Cereais	-6	-10,6
Intensivo em Trabalho	17,5	26,6
Intensivo em Capital	22,2	25,8
Maquinaria - Eletro-eletrônico	57,2	22,9
Maquinaria - Veículos Rodoviários	39,1	34,9
Maquinaria - Outros Transportes	-19,9	14,5
Maquinaria – Demais	25,6	21,1
Química	26,9	5,9
Total	22,6	17,1

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

O crescimento de 22,6% das exportações em 2005 foi puxado pelo crescimento dos setores de Petróleo (59,9%), Maquinaria Eletro-eletrônico (57,2%) e Maquinaria – Veículos Rodoviários (39,1%). O lado negativo no crescimento das exportações foram os setores de Maquinário - Outros Transportes (-19,9%) e Cereais (-6%). As importações cresceram em 2005 em 17,1%. Os setores que indicaram os maiores crescimentos foram Maquinaria - Veículos Rodoviários (34,9%), Intensivo em Trabalho (26,6%) e Intensivo em Capital (25,8%).

Resumidamente em 2005 as exportações somaram US\$ 118,3 bilhões contra US\$ 73,5 bilhões de importações, resultando num saldo histórico de US\$ 44,8 bilhões. De acordo com as informações obtidas junto ao IEDI, existe o temor de que a forte apreciação do Real, possa restringir ou mesmo reverter este resultado para 2006.

4) Perspectivas para 2006

O boletim de *Economia & Tecnologia* acredita que o crescimento do Produto Interno Bruto em 2006 será melhor do que em 2005. Sem querer fazer projeções indicando o percentual desse crescimento, o boletim acredita que este ano será melhor em função das razões expostas abaixo.

Pela óptica da demanda agregada, o consumo das famílias deve superar o consumo registrado em 2005. Podem-se apontar quatro fatores que impulsionarão o consumo:

- O reajuste do salário mínimo em 17%, de R\$ 300,00 para R\$ 350,00, com impacto positivo sobre o poder de compra das famílias;
- O possível reajuste de R\$ 95,00 para R\$ 107,00 do Programa Bolsa-Família, que foi criado em outubro de 2003 e nunca foi reajustado. Este reajuste de 12,7% é semelhante ao que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulou no período de outubro de 2003 a fevereiro de 2006 (alta de 12,8%);
- O fato de haver ainda espaço para o crescimento do crédito consignado, mas em ritmo inferior ao verificado em 2005;
- Tendência de aumento do consumo em virtude da Copa do Mundo, principalmente nos setores relacionados a eletrodomésticos e vestuário.

Pelo lado do investimento, a expectativa é de expansão em 2006, perante ao baixo desempenho verificado em 2005. Pesquisas sugerem um maior ânimo dos empresários em investir no ano de 2006. Isto é verificado na pesquisa da consultoria *Deloitte* em que nove de cada dez empresas entrevistadas pretendem aumentar ou manter o mesmo nível de investimento de 2005. A sondagem realizada pela FGV junto a grandes empresas constatou que o setor de bens de capital apresentou maior previsão de investimento, na ordem de 11%. Este resultado expressa a expectativa dos empresários do setor que a taxa de juros deva continuar caindo e aliado as projeções de investimentos de outros setores, verifica-se a tendência que a economia deva crescer neste ano a uma taxa superior a do ano passado. Além disso, em janeiro de 2006 registrou uma utilização da capacidade instalada de 79,1%, segundo dados da CNI. Isso indica que ainda há um pequeno espaço para o crescimento da economia nos próximos meses sem causar pressão inflacionária.

Dada a ausência de choques externos, a apreciação cambial deve persistir e é favorável a redução da taxa de juros ao permitir que o aumento das importações exerça impacto positivo sobre a inflação. Além disso, o atual quadro de liquidez internacional descarta a necessidade do Banco Central utilizar a taxa de juros como instrumento de ajuste no balanço de pagamentos.

Há também a tendência de que os gastos do governo devam subir em decorrência de ser um ano eleitoral e que o saldo da balança comercial continue positivo, em torno de US\$ 41 bilhões, segundo o IPEA.